RES PUBLICA

SÉTIMO SENTIDO

O tempo que nos foge

ANTÓNIO RODRIGUES
Advogado

As imagens da Catedral de Notre-Dame em chamas trouxe-nos à memória outros graves incidentes da história em direto. Decerto muitos se recordaram de momentos de grande tristeza como foi a queda das Torres Gémeas ou o incêndio no Museu Nacional do Rio de Janeiro há pouco mais de seis meses.

Exemplo do gótico, monumento mais visitado, repositório de recordações da infância, imortalizado por Vitor Hugo e – sinal dos tempos – por um filme da Disney, todos conhecem e recordam a perfeição das formas e o recorte nos céus de Paris. Por isso este incidente deixará marcas durante décadas.

A transmissão sucessiva e permanente de imagens ofereceu-nos uma perceção de história a acontecer e de *história a arder*, em simultâneo. E um consenso generalizado no que respeita à perda de uma referência cultural da humanidade, património de todos que a todos deixa mais pobre, pois nunca se conseguirá recuperar a patine, o cheiro e a dimensão do tempo.

Os blocos de pedra podem resistir e a estatuária regressar, mas o pó entranhado, o desenho dos séculos, os passos de construtores, crentes e visitantes foram consumidos pelas chamas.

O raro consenso mundial que junta nesta perda chefes de Estado e de Governo de todo o mundo, vai permitir que à volta da reconstrução da Catedral se unam os todos esforços, e das suas cinzas ela renascerá.

Mas importa que daqui se retire uma lição relevante para todos os que relativizam o investimento em património. Tal exige respostas firmes, sérias e ponderadas. Não há Santa Bárbara apenas quando troveja.

Muito recentemente passámos por momentos difíceis em múltiplos incêndios, onde a perda de vidas humanas superou qualquer dano patrimonial não obstante termos tido perdas irreparáveis no domínio florestal e no que essa perda representa para a preservação futura da natureza .

E temos assistido a momentos embaraçosos para o Governo que não soube gerir a resolução dos problemas surgidos no rescaldo dos incêndios. Entre polémicas vãs com os bombeiros, hesitações na gestão do SIRESP e ruído à volta da solidariedade que se projetou nessa época.

O Ministério da Administração Interna (MAI) tem-se mostrado pouco hábil em liderar o processo de reforma da proteção civil. A excessiva politização, o aumento inusitado de chefias, o ambiente de guerrilha com os protagonistas entre bombeiros e autarquias, criou distâncias e clivagens, ao invés de soluções consensuais.

A confusão e a contorção política instalaram-se na estratégia do Governo, enquanto o MAI se enleou numa trama alimentada por si mesmo. E não sentimos coordenação entre Administração Interna, Ambiente, Infraestruturas e Agricultura. Onde o Governo devia definir uma estratégia e procurar consenso, vimos atitudes pomposas e poucas soluções. Não foi raro ver o próprio Governo incendiar situações e criar novos focos de conflito.

Hoje os sinos não dobram em Notre-Dame. Acompanhamos o lamento e a solidariedade do mundo. O consenso internacional servirá como azimute para a construção de defesas, com os protagonistas e não contra.

Estamos à porta de uma nova época de incêndios. Oportunidade para encontrar soluções e terminar conflitos. A sensibilidade do momento é única. O tempo foge. ●

Hoje os sinos não dobram em Notre-Dame. Seguimos o lamento e a solidariedade do mundo

O INVESTIDOR INTELIGENTE

Confiança?

EMÍLIA O. VIEIRA
Chairman & CEO, Casa de Investimentos

Na semana passada, os CEO dos maiores bancos americanos regressaram ao Congresso para uma audiência. Dez anos depois de terem sido resgatados com o dinheiro dos contribuintes, os lucros dos bancos estão em máximos. Foram questionados sobre os seus salários, bónus extravagantes e o histórico de má conduta dos seus bancos. Os CEO defenderam que os bancos estão mais seguros e resilientes do que antes da crise.

Segundo um estudo da Boston Consulting Group, "Manter o rumo na banca", os grandes bancos mundiais pagaram, entre 2009 e 2017, 345 mil milhões de dólares em multas. Estas multas punem crimes como lavagem de dinheiro, manipulação da LIBOR, abertura de contas fraudulentas, fuga ao fisco, venda de produtos estruturados ligados ao crédito imobiliário de alto risco, entre outros. A banca chama-lhes custos de conduta. Este é hoje o custo de fazer negócio e parece institucionalizado.

Dos 345 mil milhões, só 39% foi devolvido aos clientes. O restante ficou para os reguladores, europeu e norte americano. Podemos resumir o desfecho da crise financeira numa frase: coisas boas aconteceram a pessoas más e coisas más aconteceram a pessoas boas. Algumas pessoas que contribuíram para a crise ficaram com milhões em bónus e viverão o resto das suas vidas no luxo. As vítimas da crise – clientes, contribuintes e investidores – passaram os anos seguintes a tentar recuperar algo do que lhes perderam. Destruíram a riqueza e a confiança num sistema que deveria promover a fidúcia.

A confiança é um ativo intangível que resulta de um conjunto de valores que devem ser praticados: conhecimento acumulado, processos transparentes e lógicos, simplicidade e consistência. Merecer a confiança dos investidores é cumprir promessas, é ser capaz de corresponder às expectativas que criamos. É fazer diariamente o exercício de nos colocarmos no lugar de quem servimos e fazer o que gostaríamos que fizessem connosco. É difícil de construir e fácil de quebrar.

Um estudo publicado em 2009 concluiu que quando as pessoas não acreditam que o mundo é justo, tornam-se menos disponíveis para aguardar por um ganho financeiro. No fim de contas, se não podemos ter a certeza que vamos ter o que merecemos, porque deveríamos confiar que a nossa contraparte honre os seus contratos ou promessas?

Como podem os investidores confiar num sistema financeiro que só cuida dos seus gestores de topo, que está cheio de conflitos de interesses, de produtos complexos focados no curto prazo e que consistentemente está envolvido em práticas criminosas?

Nos anos mais recentes, a fraude financeira raramente foi detetada e exposta por aqueles que o público esperaria que o fizesse: legisladores, reguladores, contabilistas, auditores, aqueles que deveriam ser "os guardiães normais do mercado". Pelo contrário, as fraudes têm sido mais frequentemente denunciadas por colaboradores internos às instituições e jornalistas.

Não me parece que a reputação de uma instituição deva ser guardada pelo departamento de compliance, que são enormes nos bancos e que, no entanto, convivem com multas e escândalos sucessivos. A reputação deve ser guardada por uma cultura de integridade que assegure um tratamento justo e empático.

Não acredito que os investidores ganhem ao adicionar consultores. Estes serviços de aconselhamento nunca irão dizer ao investidor que está bem investido, caso contrário o seu trabalho acabaria nesse momento. Vão aumentar os custos, cultivar-lhe as dúvidas, aumentar a insegurança e medo, sugerir vendas ou compras e aumentar a rotação das carteiras de investimento. Só assim o investidor continuará a precisar deles.

Acredito que o conhecimento cria competências e gera confiança para fazer escolhas, para refletir sobre os erros passados e procurar não os repetir. Devem investir apenas no que forem capazes de entender e fazê-lo a longo prazo.

Os consultores só se ajudam a si próprios. ●

PENSAR DIREITO

Quem nunca nomeou uma prima?

JORGE PEREIRA DA SILVA
Professor da Escola de Lisboa
da Faculdade de Direito
da Universidade Católica

Ninguém verdadeiramente desconhecia o problema das nomeações para cargos públicos, não em função da competência dos nomeados, do seu CV, mas com base em ligações partidárias, familiares, de amizade ou simplesmente por cunha de alguém influente.

É uma prática bem conhecida de todos os portugueses e não apenas das pessoas mais próximas dos círculos do poder. Em larga medida, é por causa dessa prática que a denominada classe política tem, junto da população, a imagem de privilegiar os interesses próprios – e o interesse dos seus – em detrimento do bem comum.

Quase todos os políticos nomearam, pediram para nomear, aceitaram nomear ou, no mínimo, viram nomear debaixo do seu nariz pessoas que sabiam estar longe de ser as mais adequadas para servir o interesse público.

Quem não o fez no governo, foi porque nunca lá chegou, mas fê-lo na Assembleia da República, no Parlamento Europeu, nas regiões autónomas, nas autarquias locais ou nalgumas estruturas da administração pública. Nem sequer a Presidência da República tem estado imune a este flagelo.

A atenção, porém, nunca esteve, como agora, focada tão intensamente nas relações familiares. Foram precisos quatro anos de governação PS para, com marido e mulher sentados no conselho de ministros, seguidos mais recentemente de pai e filha, a questão assumir contornos de escândalo público.

O elefante, que sempre esteve no meio da sala sem que ninguém falasse abertamente dele, ficou de repente cor de rosa, mas rapidamente virou laranja, vermelho, azul e amarelo. E é difícil fazer de conta que não se vê um elefante de tantas cores quantas as do arco-íris.

Desde a última remodelação governamental, quase todos os dias se descobriram novos casos, com contornos diferentes, mais ou menos graves, em todos os quadrantes. Um espetáculo deprimente, em que todos têm telhados de vidro, mas não revelam sequer a inteligência de não atirar mais pedras aos telhados já estilhaços do vizinho. Em vez disso, importaria reconhecer os erros, pedir desculpa aos portugueses, e promover a demissão de todos aqueles que nomearam ou foram nomeados em circunstâncias que revelem manifesto favorecimento familiar.

No seu conjunto, estes casos e as reações que desencadearam revelam um sistema político-partidário muito doente, de tal forma enredado na sua própria doença que é incapaz de se regenerar.

A lei pela qual alguns agora clamam, ao mesmo tempo que dizem ser impossível de fazer antes das eleições – a sério, estamos em abril? –, é um remendo que pouco resolve. Como não resolveu o código de conduta que o governo aprovou à pressa, quando estava sob fogo por causa das viagens de alguns dos seus membros, pagas por empresas das respetivas áreas de atuação.

O atual fechamento do sistema político persistirá, com os mesmos partidos, os mesmos interesses, as mesmas bases de recrutamento, e consequentemente os mesmíssimos nomes (próprios e de família). Renovação? Vejam-se os nomes dos cabeças de lista ao Parlamento Europeu! Só a idade dos protagonistas muda. Por isso, com ou sem lei, na próxima esquina, a tentação falará mais alto e mais uma prima qualquer será nomeada.

Ulisses mandou os seus marinheiros amarrarem-no ao mastro, para que não cedesse ao canto das sereias. Mas os senhores deputados, dependentes das respetivas direções partidárias, nem têm a sageza do próprio Ulisses nem fazem nós tão fortes quanto os marinheiros deste. ●

A PROPÓSITO

Quem é o pai da criança?

AGOSTINHO LOPES
Membro do Comité Central do PCP

Chegam ao fim os trabalhos da Comissão Parlamentar de Inquérito às Rendas Excessivas (CI). Há um Relatório preliminar e são conhecidas as propostas de emendas dos partidos. E há pelo menos uma conclusão que ninguém contesta: há "rendas excessivas". Ninguém o nega. Salvo os administradores da EDP. Ou seja, os produtores de electricidade tiveram receitas indevidas. E essas receitas representaram um agravamento das tarifas de energia eléctrica, da factura paga por consumidores domésticos e empresas.

Mesmo se o CDS "não nega a existência rendas excessivas" e se o PSD escreve a ver se "elas" não lhe caem em cima da cabeça. Mas é difícil negar, depois de se gabarem que o seu governo PSD/CDS, "cortou" rendas! Ora, La Palisse obriga, só se pode cortar o que existe! Com interrogações sobre o seu valor global. Dúvidas sobre a sua origem e natureza. Dificuldades com a legislação que as induz. Mas que existem, existem, como as bruxas espanholas. Mas se existem, há uma pergunta a que se tem de responder: quem é o pai da criança, de baptismo, "rendas excessivas"? Os produtores, EDP, Iberdrola, Endesa, e outros? Certamente. Mas as empresas limitaram-se a sentar-se à mesa e a servir-se: que rico almoço! Mas quem pôs a mesa? Quem serviu o lauto repasto?

Esse era o objecto da CI: causas e responsabilidades políticas pela existência do que não devia existir. Não por acaso se porfiou na exigência de tomadas de medidas para que não existissem. Há outras questões que saltaram dos trabalhos da CI: sérios indícios de corrupção. Mas estas têm outro foro para ser tratadas: justiça portuguesa. E está em curso com a «Operação Ciclone».

Percebe-se a dificuldade da EDP e outros em aceitarem que a Assembleia da República possa comprovar a existência de receitas indevidas. Mas é um direito e dever constitucional da AR perante os portugueses. Os cidadãos, que todos os meses olham para a sua factura de electricidade (que o Eurostat lhe diz ser das mais elevadas da UE), e cotejam-na com os lucros fabulosos da EDP depois da privatização, as remunerações principescas dos seus administradores e os dividendos acima dos lucros.

Que causas? Qual a política que as produziu? Para quê? De que forma? Que governos e partidos promoveram e/ou apadrinharam essa política? Qual a intervenção dos partidos na Assembleia da República? O que fizeram as ditas entidades reguladoras – Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos (ERSE) e Autoridade da Concorrência (AdC) – que têm por missão defender o interesse do Estado e dos consumidores? Ou seja, o Relatório tem que pôr os nomes aos bois. E não os pôs ainda, no meio de muita letra e muito número.

Mas é fácil, partindo do Relatório preliminar, concluir três coisas: a origem das rendas excessivas está na decisão de avançar para a privatização da EDP-EP, o seu desmembramento em várias empresas e a liberalização do sector, para criar um putativo mercado de energia eléctrica; os autores e promotores foram governos do PSD, PS e CDS, com o apoio das suas maiorias na AR e a bênção inspiradora da UE, e a ERSE e a AdC conheciam e conhecem bem o problema, mas não foram suficientemente pertinazes no saneamento das referidas rendas.

Não, a criança "rendas excessivas" não nasceu de pai incógnito! Aguarda-se ansiosamente pelo Relatório final. ●

O autor escreve de acordo com a antiga ortografia.

Um Relatório preliminar conclui três coisas: a origem das rendas excessivas está na decisão de avançar para a privatização da EDP-EP, o seu desmembramento em várias empresas e a liberalização do sector

IRONIA E MAIÊUTICA

Fraude na habitação

VÍTOR NORINHA
Diretor Geral da Megafin

1. Tornar solução-regra a entrega da habitação permanente para saldar o crédito hipotecário é uma via rejeitada pelos bancos. O PS mantém uma posição já assumida ao afastar esta solução na nova proposta que fez para a Lei de Bases da Habitação.

Os bancos até aceitam situações de casos extremos, mas como exceção e não regra. Ora, o tema quando entra no foro jurídico torna-se mais complicado, mas na ótica social de quem contrai um crédito hipotecário para compra de habitação permanente para a família assume contornos estranhos. Isto porque a compra de habitação é um dos atos mais importantes da vida e dificilmente alguém compra uma casa para depois despejar a família e entregar a casa ao banco por esta ter desvalorizado ou querer mudar de local.

O tema está do lado das instituições financeiras que aceitam mutuários sem estudarem a globalidade das condições e sem se precaverem o suficiente para os percalços da vida, como seja a doença, o desemprego ou o divórcio. Associados a estes créditos já existem seguros, mas possivelmente não serão suficientes para garantir as obrigações do mutuário.

A sensação com que se fica – e perdoem os mais suscetíveis – é de que se uma casa não chega para pagar a dívida da própria casa então o crédito foi concedido sem critério, o mutuário não tinha consciência ou capacidade para fazer o contrato, e a instituição financeira preferiu deixar andar, fazer mais um negócio e esperar que nos próximos 30 ou 40 anos não exista nenhum episódio que potencie a sinistralidade.

O tema de quem é o responsável final gerou muitas discussões e até agora a opção lógica tem sido o corporativismo, com a banca a dizer que não pode assumir património imobiliário e não é mediador deste mercado. Entretanto, os partidos políticos poderão até ao próximo dia 24 apresentar propostas de alteração à Lei de Bases da Habitação e, claro, ninguém espera que a dação em pagamento seja a regra, mas deveria haver situações factuais em que o mutuário pudesse entregar a casa e seguir com a sua vida.

Não será o caso da proposta do PS e o mutuário terá de ter conhecimentos de crédito, finanças pessoais, macroeconomia, política económica e política internacional para antecipar e tomar a decisão certa ou errada quando contrai uma dívida para comprar casa própria a 40 anos. Para estes cidadãos o sistema é uma fraude.

Um outro tema do setor mas ligado ao Alojamento Local, tem vindo a criar confusão no mercado. Aquilo que se sabe é que o fisco tem apertado a malha e dificilmente haverá incumpridores das obrigações fiscais. Aliás, as plataformas, ao cobrarem a taxa turística e só aceitarem AL devidamente registado, revelam que o sistema é controlado. Não vale a pena criar a ideia de que há fugas porque a existirem nem serão dos portugueses, mas talvez dos não residentes que passaram a fazer negócio de AL cá usando plataformas particulares nos respetivos países.

2. Uma nota de lamento para a tragédia que atingiu Paris e Notre-Dame. A alma europeia precisa de ser recuperada quanto antes. ●

Fica a ideia de que se uma casa não chega para pagar a dívida da própria casa então o crédito foi concedido sem critério

FICHA TÉCNICA

Publicado às sexta-feira. **Propriedade** – Megafin Sociedade Editora SA. Registo na ERCS nº 223731. NIPC 507657551. **Acionistas detentores de mais de 5% do capital** - Luís Figueiredo Trindade (69%), Memorypack Unipessoal Lda (19,5%) e Filipe Alves (6%). N.º ERC 124955. **Estatuto Editorial** em www.jornaleconomico.pt N.º de Depósito Legal: 245365/06 - **Sede do Editor e Redação** Rua Vieira da Silva, 45, 1350-342, Lisboa. Tel. 217 655 300. **Diretor** – Filipe Alves. **Diretor Adjunto** – Shrikesh Laxmidas. **Diretor de Arte** – Mário Malhão. **Chefe de Redação** – Nuno Miguel Silva. **Editores Executivos** - João Palma Ferreira (Empresas e Mercados) e Leonardo Ralha (Economia e Política). **Redatora Principal** – Ligia Simões. **Grandes Repórteres** – António Sarmento e Maria Teixeira Alves. **Redação** – Almerinda Romeira, Ana Pina (coordenadora de Opinião), Ana Ataíde, André Cabrita Mendes (coordenador do Online), António Freitas de Sousa (Porto), António Vasconcelos Moreira, Gustavo Sampaio, Inês Pinto Miguel, Joana Almeida, Jessica Sousa, José Carlos Lourinho (coordenador do Online), Mariana Bandeira, Rita Paz (coordenadora da Agenda), José Varela Rodrigues, Rodolfo Alexandre Reis e Sónia Bexiga, Ruben Pires e Laura León (Económico Madeira). **Paginação e Produção** – Rute Marcelino (coordenadora e designer), e Fábio Gomes (tratamento de imagem). **Fotografia** – Cristina Bernardo. **Diretor Geral** – Vítor Norinha **Inovação e Marketing** – Joel Saraiva. **Informática** – Guilherme Sousa. **Área Comercial** – Cláudia Sousa (diretora), Ana Catarino, Cristina Marques, Elsa Soares, Isabel Silva, Joel Saraiva (Analista de Media), Cláudia Robalo (Branded Content) e Maria João Pratas (Conferências). **Receção** – Luís Oliveira e Adelaide Agostinho. **Área Financeira** – Florbela Rodrigues, Pedro Madeira e Sérgio Araújo (Operações). **Administração** – Luís Figueiredo Trindade. **Impressão** – Empresa Gráfica Funchalense SA, R. Capela Nossa Senhora da Conceição, 2715-511 Morelena. **Distribuição** – Vasp - Distribuidora de Publicações, SA – Quinta do Grajal, Venda Seca, 2739-511 Agualva, Cacém. **Assinaturas:** assinaturas@jornaleconomico.pt **Tiragem** – 10 mil exemplares. Nenhuma parte desta publicação pode ser reproduzida sem prévia autorização do editor.